

## **Institucionalização da pediatria no Rio de Janeiro entre discursos e práticas médicas**

Caroline Amorim Gil.\*<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho visa o estudo da institucionalização da pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), bem como busca analisar o papel exercido pelos médicos envolvidos e os hospitais por eles criados e/ou dirigidos. Nesse sentido, o estudo destas instituições evidenciará as clivagens e disputas do meio médico, notadamente aquelas vinculadas à cátedra de Pediatria da FMRJ. O período estudado se encontra entre os primeiros anos do século XX até cerca de 1920, que marca a passagem de uma assistência liberal a uma maior intervenção do Estado, quando acreditamos que as articulações já tenham se estruturado e as decisões tomadas.

As diferenças do público alvo, do corpo médico, e dos espaços de atendimento nos levaram a questionar o papel exercido por seus dirigentes, partimos agora em busca de fontes que traduzam seus objetivos e defesas acadêmicas. Ainda na linha de pesquisa da história através das imagens, proponho a pensar o ideal de infância defendido por cada um desses médicos dialogando com imagens, produzidas nas duas primeiras décadas do século XX e voltadas a alimentação infantil. Visto que já encontramos propostas um tanto divergentes entre os médicos que estavam a frente das instituições trabalhadas, buscaremos cruzar suas propostas às imagens de crianças circuladas nos principais veículos de comunicação do país, atentando para periódicos médicos e revistas voltadas ao público geral e feminino.

### **Introdução**

Este trabalho visa o estudo da institucionalização da pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), bem como busca analisar o papel exercido pelos médicos envolvidos e os hospitais por eles criados e/ou dirigidos. Nesse sentido, o estudo destas instituições evidenciará as clivagens e disputas do meio médico, notadamente aquelas

---

<sup>1</sup> \* PIBIC FIOCRUZ/UFRJ – 4º período do curso de história. Orientadora: Gisele Sanglard (COC/Fiocruz)

vinculadas à cátedra de Pediatria da FMRJ. O período estudado se encontra entre os primeiros anos do século XX até cerca de 1920, que marca a passagem de uma assistência liberal a uma maior intervenção do Estado, quando acreditamos que as articulações já tenham se estruturado e as decisões tomadas.

Dos cinco hospitais voltados para o atendimento à infância na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República<sup>2</sup>, estaremos nos concentrando primordialmente no Hospital de Crianças (1909), no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro – IPAI (1899) e na Policlínica de Botafogo (1899).

No final de 2011, minha orientadora, Gisele Sanglard, tomou conhecimento da fonte Augusto Malta localizada no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS/RJ), que corresponde a um conjunto fotográfico realizado por Augusto Malta ao longo de mais de trinta anos de carreira à serviço da prefeitura do Rio de Janeiro, mais especificamente, entre os anos de 1903-1936. Deste conjunto de imagens nos voltamos para a série destinada a infância, no qual encontramos as três instituições acima mencionadas, que havíamos propostos a trabalhar, criadas entre os anos de 1899-1909 e fundadas/ou dirigidas por médicos, a saber: Policlínica de Botafogo, dirigida e criada pelo médico Luiz Barbosa; Instituto de Proteção e Assistência à infância do rio de Janeiro – IPAI, dirigida e criada pelo médico Moncorvo Filho; e a Policlínica das Crianças, criada pela benemerência de um filantropo, José Carlos Rodrigues- então diretor do Jornal do Commercio - e doada a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, que colocaria em sua direção o médico Fernandes Figueira.

Do conjunto de imagens que compõe a coleção Augusto Malta percebemos a dialética entre a assistência pública e privada presente na cidade, frente a uma política de assistência liberal. Através das imagens foi possível perceber que apesar das três instituições serem voltadas ao atendimento materno infantil e ao público de baixa renda, as imagens nos levaram a percepções de níveis diferentes de pobreza.

No IPAI o atendimento se dava a mulheres desprovidas de tudo, por vezes sem nenhuma remuneração, já na Policlínica das Crianças, as fotografias denotam mulheres mais bem vestidas, possíveis operárias. Um segundo apontamento se faz quanto ao corpo de

---

<sup>2</sup> São eles: Ipai (1899), Policlínica de Botafogo (1899), Policlínica das Crianças (1909), Hospital São Zaccharias (1914) e Hospital Abrigo Arthur Bernardes do DNSP (1924).

médicos que cerca as instituições, no IPAI encontramos um corpo médico jovem, que relacionado aos relatórios anuais da instituição nos permitem afirmar a intensa rotatividade ali presente. Ao que o corpo de médicos que figura na Policlínica das Crianças, expressa um grupo de profissionais mais velhos, que mais a frente podemos confirmar como seguidores da proposta de Fernandes Figueira, já que com ida deste para o Hospital Arthur Bernardes, em 1924, parte do grupo o acompanharia. Das instituições a que destoa das demais é a Policlínica de Botafogo, por não se restringir ao atendimento infantil e por apresentar um atendimento paroquial, voltado aos moradores do bairro.

As diferenças do público alvo, do corpo médico, e dos espaços de atendimento nos levaram a questionar o papel exercido por seus dirigentes, partimos agora em busca de fontes que traduzam seus objetivos e defesas acadêmicas. Ainda na linha de pesquisa da história através das imagens, proponho a pensar o ideal de infância defendido por cada um desses médicos dialogando com imagens, produzidas nas duas primeiras décadas do século XX e voltadas a alimentação infantil. Visto que já encontramos propostas um tanto divergentes entre os médicos que estavam a frente das instituições trabalhadas, buscaremos cruzar suas propostas às imagens de crianças circuladas nos principais veículos de comunicação do país, atentando para periódicos médicos e revistas voltadas ao público feminino.

## **Cultura e sociedade: O Rio de Janeiro da Belle Époque**

Com os primeiros anos da República, a elite carioca, agregava em sua composição, dentre outros, republicanos e abolicionistas “mas nenhum jacobino”(NEEDEL:1993, p. 41). Mesmo diante das mudanças econômicas e políticas, os interesses defendidos na capital continuaram a serem os ideais sociais e culturais da elite. Culminando com a promoção de lugares exclusivos para encontros, formação de grupos e alianças que intensificaram os sentimentos aristocráticos. A segunda metade do século XIX é marcada por uma sociedade agrária e pautada por relações entre senhores e escravos.

No período em questão ocorre a mudança no eixo econômico central país, antes representado pelas regiões das minas de ouro e diamante em Minas Gerais e pelo cultivo açucareiro do Nordeste para a região Centro Sul, marcada pelo cafezal, representada pelas

províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Neste período, os cargos públicos tornam-se foco de grande disputa, ao se levar em conta que São Paulo, possuía um grande contingente de famílias que podiam custear o ensino de seus filhos e estes não desejarem permanecer no ambiente rural, a cidade é vista como o polo de atração para tais personagens, contudo, a quantidade de pessoas influentes (tios, padrinhos, familiares e amigos) a ponto de garantir a entrada desses indivíduos no funcionalismo público não atendia a demanda de bacharéis formados.

isso dava margem às lutas políticas pelos cargos e aos ataques cada vez mais inflamados contra entrincheirados círculos de poder da monarquia. Em ambos os casos, esse interesse específico da elite em fazer carreira na hierarquia imperial, continuamente desprezado teve consequências perigosas, ao estimular a insatisfação da nova elite paulista e do número crescente de bacharéis residentes nas cidades. (NEEDEL :1993, p.21-22.)

Entre 1500 e 1700 a cidade do Rio de Janeiro, fundada nas proximidades do Morro do Castelo se limitava aos morros de Santo Antonio, da Conceição e de São Bento (conhecidos como cidade velha). Durante o período imperial a cidade se estendeu ao longo do cais e já possuía contato com áreas como Botafogo, São Cristóvão, entre outras, ainda que restrito devido às distâncias e os ‘primitivos’ sistemas de transporte, tais espaços serviam como locais de veraneios. Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, este passou por um período de transição, a fim de receber a coroa, com mudanças voltadas a construções e embelezamento da cidade, como a criação de ruas, bairros e aterros, mas, como aponta o autor, a iniciativa ‘não teve continuidade’ e, mesmo as iniciativas privadas sofriam a dependência de concessões para serem executadas. Em meados do século XIX a cidade passou a contar com coleta de lixo e um desenvolvimento no sistema de transporte através de bondes, ferrovias e iluminação a gás.

No Rio de Janeiro do início do século XX, a *Belle Époque* tem sua marca, sobretudo, durante as reformas implementadas no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), sob a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos. O início do século XX como acima salientado, é marcado por uma grande reforma na cidade do Rio de Janeiro, e Pereira Passos, adepto das reformas realizadas em Paris entre 1850 e 1870 que sofria as consequências de uma intensa industrialização, se embasa nas práticas de embelezamentos de Haussman.

A reforma representava a passagem de uma sociedade bárbara para uma cidade civilizada, levando ao cartão postal do país uma nova imagem, pronta a receber seus visitantes e apresentar suas modificações, o progresso da sociedade brasileira. Tendo no modelo francês o supremo ideal de civilização, a reforma recebe sua expressão máxima, na construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) que ligava a cidade velha a cidade nova, também é caracterizada pela abertura de grandes avenidas, arborização, criação de diversos edifícios e monumentos, pautados pela arquitetura europeia, a cidade recebia na primeira década do século XX novos ares.

Para que pensamentos ‘eurocêntricos’ percorressem constantemente a elite brasileira, vale atentar para os poucos modelos educacionais ministrados na cidade, pautados principalmente pelas escolas francesas e direcionados à elite social. O Colégio Pedro II é o maior exemplo de ‘educação secundária masculina ministrada durante o Segundo Reinado e na República Velha’. O colégio garantia um ensino de formação intelectual com base humanista, católica e conservadora. Os filhos da elite (fazendeiros, burocratas, comerciantes, em geral famílias abastadas) eram inicialmente educados em casa por tutores ou pela própria família e mais tarde enviados ao ensino secundário. O Colégio, considerado o mais indicado para a elite brasileira, teve entre seu quadro de renomados professores antigos alunos e futuros homens públicos do país, como Paulo de Frotin e o Barão do Rio Branco. Para as mulheres, não se dispunha de ensino secundário durante o Segundo Reinado, eram educadas em casa, com exceção das filhas de diplomatas ou pais que moravam na Europa e podiam levá-las para escolas católicas.

Dentre os locais de encontro dessa elite cabe destacar uma vida noturna não significativa na cidade, Contudo, dentre os locais de destaque que culminam com o deslocamento desse grupo estavam o Cassino Fluminense, o Club dos Diários, o Jockey Club e o Teatro Lírico, dos quais os que permaneceram por mais tempo foram graças à versatilidade da atuação, não se restringindo as práticas tradicionais da aristocracia imperial, mas atendendo as modificações econômicas sofridas no período e a formação de uma nova elite urbana ainda baseada em preceitos franceses.

Quanto à arquitetura e a disposição dos espaços, a influência francesa pode ser vista nas mudanças das casas em meados do século XIX, com a expansão da cidade para bairros nobres da zona Sul como Botafogo e Laranjeiras, e da Zona Norte como São Cristovão e Rio

Comprido, ambas proporcionadas pelos avanços tecnológicos promovidos através das linhas férreas e dos sistemas de bondes. As casas agora eram mais arejadas, desprovidas do ar colonial dos antigos casarões e sobrados do centro, relegados ao comércio e a vida financeira.

O transporte veio proporcionar uma maior locomoção das pessoas pelas ruas, em especial das mulheres, até então concentradas no lar, a atividade de compra e a expansão de momentos de lazer como teatros e cafeterias modificam a cidade. Em especial tem-se a Rua do Ouvidor, no centro da cidade como “o coração da cultura e da sociedade da elite a partir de 1820’ (NEEDELL:1993:193.), nela figuravam lojas, vitrines e modistas, os locais de encontro de empresários e homens urbanos para o café e o espaço de compra mais próximo da Europa para as mulheres. A *Béle Époque* expressa uma elite urbana advinda de profissões exercidas primordialmente na cidade como médicos, empresários e advogados.

## **O pobre, a pobreza e suas formas de sociabilidade.**

Diante da busca de definições para filantropia e mutualismo, ocorre a dificuldade de diferenciação existente no Império diante das diversas associações que abrigava, ou como Claudia Viscardi propõe, várias “sociedades que foram criadas no período se autodenominavam de socorros mútuos, filantrópicas ou de beneficência” (VISCARDI:2008.p.117.). Apesar da não diferenciação, e por vezes ‘confusão’ teórica do termo pelas instituições, a beneficência é caracterizada pela autora como a prática de filantropia relacionado ao caráter laico de ajuda ao próximo, no cristianismo tida como caridade, já socorros mútuos é vista como a ajuda ao membro do grupo que contribui mensalmente com a associação, caso se encontre em dificuldades.

Quando na relação dessas instituições com o estado, as mesmas apesar de serem privadas exerciam funções públicas. “o poder público sentia-se obrigado a lhes oferecer o apoio, por estarem desempenhando funções reconhecidamente estatais, mas, as prerrogativas liberais de nossas classes dirigentes na ocasião limitavam os investimentos” (VISCARDI: 2008.p.122)

No entanto, ainda que restrita, havia uma intervenção estatal quanto ao funcionamento e disposição de cargos nas associações, e a busca em garantir a autoridade de assembléias gerais, como mecanismo de controle da atuação da diretoria. Intervenções estas também

expressas através de subvenções e decretos para a regulamentação de tais associações, tendo seus estatutos sido avaliados pelo Conselho do Estado’, como meio de proteger o povo de serem lesados/iludidos pelas promessas das associações.

Dentre diversas correntes que apontam os motivos de solidariedade humana ou ‘teorias da reciprocidade’, a historiadora Cláudia Viscardi advoga pela ideia de que a sociedade capitalista induziu a formação de grupos de reciprocidade ou ajuda mútua pautadas pela confiança e amenização da competição, ao passo que o não pertencimento a um grupo caracterizaria a exclusão social do indivíduo. “Todas as relações de solidariedade preveem algum tipo de reciprocidade mesmo que o retorno do bem seja tardio ou indireto.” (VISCARDI: 2008.p.128.)

## **Entre a Caridade e a Filantropia**

Na busca pela diferenciação entre caridade e filantropia Sanglard (2008) explicita o hospital como local primordial da caridade, voltado aos pobres e inválidos, sobretudo, durante a Idade Média. Enquanto a Filantropia, surgida no final do século XVIII, tem em suas bases iluministas a ‘utilidade social’, como meio de prevenção da miséria, em contraposição se encontra a caridade, centrada em preceitos religiosos e na ajuda ao próximo, atua de modo a suavizar a pobreza.

Contudo, entre o final do século XVIII a meados do século XIX, a atuação da filantropia não esteve diferenciada das ações de caridade, e assim como esta atuou na manutenção de hospitais, orfanatos e instituições voltadas ao pobre, tendo na beneficência a afirmação social, e a representação do status econômico daquele que ajuda. Em oposição a caridade, onde o anonimato é uma questão primordial, a filantropia faz da exposição sua base de afirmação e reconhecimento social.

Enquanto o hospital se caracterizava como ambiente de morte e invalidez, nos dispensários além de serem tratadas diversas doenças, os pacientes eram consultados sem que houvesse internação. ‘Na dinâmica católica’ a atuação da filantropia se dava na atuação de

instituições leigas, como mediadoras de donativos às obras mantidas pela igreja (caridade). Diante das mudanças advindas com as concepções hospitalares, cabe ressaltar a passagem do hospital excludente, no que tange ao seu pertencimento a loucos, velhos e doentes na Idade Média, para um local de especialização no século XVIII, a exclusão se dá nesse momento, mediante a especialidade a que cada hospital se destina, ao tratamento de uma doença específica. Como explicitam os autores ocorre “a transformação do hospital em uma máquina de curar” “... o século XVIII, se não foi caracterizado por grandes transformações da medicina ou da prática médica, foi, por outro lado, o grande celeiro de algumas mudanças que marcarão o século seguinte, como a medicalização e a higiene pública...” (SANGLARD:2008, p.43)

Em relação ao modelo de assistência médica praticado no Brasil, Sanglard ressalta, sobretudo, a atuação da Misericórdia, como modelo herdado da colônia. Ainda que houvesse outras ordens e irmandades restritas a determinados grupos, a Misericórdia se fazia mais abrangente, somente vindo a perder seu prestígio no início do século XX, para outras instituições e ideologias assistenciais. “As Misericórdias representavam, enfim, a boa sociedade local, reproduzindo em sua organização a distinção hierárquica da própria sociedade na qual se inseria. Expressavam, assim, uma das formas de solidariedade horizontal entre a ‘boa sociedade’” (SANGLARD: 2008, p.49.)

O século XIX representa um período de mudanças, após a transferência da Família Real para o Brasil, o ensino médico passa a ser ministrado na colônia, e mudanças sanitárias e hospitalares ocorreram nas décadas seguintes, como reformas hospitalares e a separação de doentes em locais especializados, criação de enfermarias, acomodações novas para a casa dos expostos, entre outros. No que tange ao Ensino médico, ocorre à criação da Faculdade de Medicina, que por não possuir um espaço próprio, inicialmente exerce seu curso entre o Hospital Real Militar e a Santa Casa da Misericórdia, mudando-se completamente para esta última na segunda metade do século XIX, onde permanece até 1918 com a construção de seu prédio, e a utilização do hospital para a prática de ensino até 1978, ano de término da construção do hospital próprio da faculdade. Deste modo, é válido ressaltar a ‘tênue relação’ existente no hospital da Santa Casa de Misericórdia, com a chegada das freiras em 1850, já que o hospital era um local de caridade, pautado pelas práticas religiosas de ajuda ao próximo e a atuação médica. Os conflitos se davam principalmente pelos hábitos dos médicos e estudantes de medicina, como a circulação nos corredores, uso de chapéu dentro do hospital e

barulho, práticas essas condenas pelas freiras, tendo o local como espaço de sofrimento e repouso de doentes. “Os entraves na relação entre a irmandade e a faculdade podem ser explicados, em parte, por estarem os médicos submetidos às regras de funcionamento impostas pela irmandade, até mesmo quando o hospital passou a ser dirigido por um médico, em 1852.” (SANGLARD: 2008, p.53.)

## **Organização da Assistência na Cidade**

Em 1908 foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada, a fim de discutir a assistência medica então em voga. Uma sessão deste congresso foi destinada as discussões acerca da proteção infantil, neste grupo se encontram dois dos médicos aqui trabalhados, Moncorvo Filho e Fernandes Figueira, ao que é possível perceber propostas um tanto divergentes de atuação.

Fernandes Figueira nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1863, se forma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887, iniciando sua carreira do interior do Estado devido a saúde debilitada e necessidade de melhores condições climáticas.

Quando retorna à capital já se encontrava consagrado no meio acadêmico, pela publicação da tese “Elementos de semiologia infantil”, em 1902. Em 1909 é convidado para dirigir a Policlínica das Crianças. A Policlínica das Crianças, uma das obras de caridade da Santa Casa, se manteve relacionada com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sendo utilizada como o local para aulas praticas de alunos, se configura também como espaço para pesquisa de campo e realização de teses.

Moncorvo Filho nasceu no Rio de Janeiro, no ano de 1871, assim como seu pai Arthur Moncorvo de Figueiredo segue a profissão de médico. Graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1897, indo trabalhar na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, instituição fundada por seu pai em 1881. Moncorvo Filho é descrito por vezes como um apóstolo da obra de seu pai, nos chama atenção pois no ano em que passa a dirigir a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, é inaugurada a sua própria instituição, o que nos leva a suscitar até onde suas ideais convergiam com as de seu pai. O Instituto de Proteção e Assistência a Infância, foi criado a fim de promover assistência a mulheres/mães de baixa renda, que necessitassem de atendimento medico e assistência ao recém-nascido. Apesar de

se firmar no meio acadêmico muito antes de Moncorvo, Fernandes Figueira deixa poucos registros escritos sobre sua obra se comparada ao colega de profissão.

Fernandes Figueira defensor do aleitamento materno, como dever primordial de toda mulher e contrário aos concursos de robustez como sinônimo de saúde, apresenta um relatório<sup>3</sup> ao congresso, no qual ressalta o trabalho de instituições filantrópicas realizados na cidade, destacando a Santa Casa, o IPAI e a Policlínica do Rio de Janeiro. Propõe as seguintes medidas contra a mortalidade infantil: a fiscalização da amamentação por médicos-inspetores, organizados pelo poder público, a obrigatoriedade das instituições de assistência infantil terem como base a amamentação materna até os seis meses, premiando as mães como estímulo e facilitando refeições a baixo custos para as mesmas. Fernandes Figueira também aponta para o recebimento das gestantes nas maternidades com um mês de antecedência ao parto, a criação de consultórios de lactantes e a fiscalização do leite industrial vendido na cidade.

Sobre o discurso do colega de profissão, no Congresso de 1908, Moncorvo Filho tece elogios ao que em artigo publicado no mesmo ano, pela Tribuna Medica<sup>4</sup>, defende a importância de sua instituição, pouco discutida pelos seus pares no congresso, indicando a relevância das práticas exercidas no Instituto de Proteção e Assistência a Infância. Moncorvo Filho se mostra indignado pelos demais médicos não terem discutidos a assistência ali realizada, ao que relembra sua obra como a precursora das Gotas de Leite no Brasil, a regulamentação das amas de leite, a realização dos concursos de robustez e distribuição de leite esterilizado.

Anterior a sua atuação como diretor da Policlínica das Crianças, Fernandes Figueira já iria atuar em favor de medidas pela infância, ao defender a substituição das Rodas por Registros Livres, e como se pode observar através do seu pronunciamento no congresso, publicado no Brazil Medico, diverge do proposto por Moncorvo. Ao contrário, Fernandes Figueira observa na distribuição de leite esterilizado um meio de incentivar o não aleitamento

<sup>3</sup> Figueira, Antonio Fernandes. Assistência Pública: Assistência á infância e particularmente o que se refere ás medidas a adoptar contra a mortalidade infantil. Educação das rianças deficientes. Relatório apresentado ao Congresso Nacional de Assitência Publica e Privada. O Brazil Medico. Rio de Janeiro, Out. p. 401-405; 411-415;419-420. 1908.

<sup>4</sup> Congresso Nacional de Assistência Publica e Privada. Discurso do Dr. Moncorvo Filho a proposito da discussão da tese: Proteção a Infância, relatório pelo Dr. Fernandes Figueira. Rio de Janeiro, A Tribuna Medica, p.363-367, Out. 1908.

materno, assim como a atuação de amas de leite uma prerrogativa ao dever das mães, os concursos de robustez são vistos pelo médico como um falso mecanismo de se obter uma criança sadia, já que esta poderia estar sendo alimentada de maneira indevida.

A ama de leite aparece como o último recurso de uma mãe impossibilitada de amamentar, mas melhor, do que a utilização do leite animal, Fernandes Figueira demonstra tolerar a ama, percebe que se as mães passassem a amamentar seus filhos, a ama perderia sua função, e por sua vez também alimentaria com maior qualidade seus filhos. Moncorvo Filho no IPAI, vai realizar desde os primeiros anos da instituição a regularização das amas de leite, sendo encontrado no Jornal do Commercio, anúncios em busca de amas que fossem atestadas pelo IPAI.

Quanto aos procedimentos para a regularização, o médico estabeleceu uma fixa para as amas e seus filhos com regras e deveres, dentre as quais a atestação era temporária, a pessoa responsável por cuidar do filho da nutriz deveria informar quinzenalmente o estado da criança à instituição, que seria avaliada no Dispensário, bem como, não era permitido o acúmulo do serviço doméstico a função de ama. Em oposição, Fernandes Figueira verá no aleitamento misto um meio das mães continuarem amamentando e poder trabalhar, e mais tarde iria advogar pelo estabelecimento das creches nas fábricas, e pela permissão de horários alternativos para que o aleitamento materno não fosse cortado<sup>5</sup>.

No discurso de Moncorvo apesar de também defender a importância do aleitamento materno, desde os primeiros dias de vida o recém nascido poderia estar recebendo leite esterilizado em sua instituição, é possível ao mesmo tempo perceber a importância do papel das amas como medida alternativa, não há um combate a sua existência, ela surge como um meio de combater o mais rápido um problema, ao que Fernandes Figueira observa que o cerne da questão se encontra na conscientização da mulher mãe, a fim de que o aleitamento misto fosse uma possibilidade e o artificial a última instância.

## Considerações Finais

---

<sup>5</sup> FIGUEIRA, Fernandes Bases Científicas da alimentação da criança: suas consequências sociais. ( carta aberta ao Sr. M. R. G. P.) Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1905.

A busca pelos discursos médicos, assim como as propagandas voltadas a alimentação infantil ainda estão em processo de busca, deste modo, as considerações aqui realizadas se constituem de percepções iniciais desta nova etapa da pesquisa, que serão trabalhadas ao longo do contato com as fontes.

A análise das propostas desses médicos serão construídas na medida em que as fontes forem encontradas, portanto, este trabalho está aberto a novas possibilidades e diversas percepções de análise.

## **Bibliografia**

- ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil–Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BATALHA, Claudio. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. IN: Batalha, C. Et al. Culturas de Classe. Campinas: editora UNICAMP, 2004.
- CASTEL, Robert. Da Tutela ao contrato IN: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.
- FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. São Paulo: Global, 2004.
- FONSECA, Vitor M.M. No gozo dos direitos civis - associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.
- NEEDELL, J. D. Belle Époque Tropical – sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia. das Letras; 1993.
- SANGLARD, Gisele. Assistência Hospitalar: entre a caridade e a ação médica. In: Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920 – 1940. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- SANGLARD, Gisele.; FERREIRA, Luiz Otávio. Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. In: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.26, n°44: p.437-459, jul/dez 2010.
- SILVA, Márcia R. Barros. Santa Casa da Misericórdia de São Paulo: saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910). Varia Historia. Belo Horizonte. Vol.26.num. 44. Jul-dez 2010.
- VISCARDI, Cláudia. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Revista de História. Rio de Janeiro, v.9,n.16, p. 117-136, Jan-Jun. 2008.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.29, n: 58 p. 291-315, dez 2009.